



Como fazer ciência da cognição?

O problema do método científico nas ciências cognitivas a partir do naturalismo anti-reducionista das epistemologias de Quine e Sellars

Palavras-chave: naturalismo; holismo; subjetividade.

Fernanda Caroliny Cardoso (IFCH-UNICAMP).¹

Orientador: Prof. Dr. Silvio Seno Chibeni (IFCH-UNICAMP).²

Co-orientador: Prof. Dr. Victor Ximenes Marques (CCNH-UFABC).³

Introdução

A ciência é amplamente consagrada como nossa melhor fonte de conhecimento sobre o mundo. Seu prestígio se deve principalmente ao seu rigor metodológico, que busca garantir que o conhecimento obtido pela investigação científica seja objetivo e, desse modo, o mais confiável possível. No entanto, os critérios específicos que caracterizam o rigor do método científico e o próprio conceito de objetividade científica não permanecem os mesmos ao longo da história da filosofia e da história da ciência. Pelo contrário, esses critérios, bem como o próprio conceito de objetividade, se alteram de acordo com situações contingentes e historicamente localizadas. No contexto das chamadas ciências cognitivas, o problema de estabelecer os critérios específicos do método científico se torna particularmente complexo, dado o fato de que o investigador é, em parte, o próprio objeto de investigação. O ‘problema do método científico nas ciências cognitivas’ (ou o ‘problema da subjetividade’) se refere à pelo menos aparente dificuldade de estabelecer critérios metodológicos satisfatórios para investigação científica das capacidades que constituem o que geralmente entendemos por ‘mente’ ou ‘cognição’. O contexto específico das ciências cognitivas pode parecer, em princípio, não implicar considerações particulares relevantes no que diz respeito ao problema do método científico. No entanto, a preocupação com a acurácia das teorias científicas a respeito da cognição envolve considerar e refletir com atenção, por exemplo, como articular o que as ciências humanas e as naturais têm a dizer sobre as diferentes estruturas que compõem a cognição, visto que ambas frequentemente discordam sobre alguns pressupostos básicos e, mesmo assim, são necessárias para desenvolver plenamente as ciências cognitivas. Como assumir a autonomia do sujeito sem negar ou ignorar a materialidade muitas vezes impositiva ou indiferente do mundo natural? Como conciliar uma interpretação objetiva de mundo, que inclua o sujeito como objeto, sem por isso separar o sujeito do mundo ou negar sua autonomia? Afinal, como é possível — se é possível — fazer ciência sobre o sujeito cognoscente, transformando-o em objeto de conhecimento? São essas as questões que pretendemos analisar a partir dos princípios filosóficos adotados pelas epistemologias naturalizadas de dois influentes filósofos da ciência do século XX, Willard Quine e Wilfrid Sellars.

Inserida no contexto descrito acima, esta é uma pesquisa de cunho teórico, que está em curso e cujo projeto está sob avaliação do PIBIC/CNPq (Edital de 2023-2024). Estamos interessados em investigar duas abordagens que buscam conciliar o estatuto biológico da mente humana com certas capacidades que nos são próprias e que, por isso, muitas vezes foram concebidas como se fossem separadas do nosso corpo biológico ao longo da história da filosofia: as epistemologias de Quine (1951/1961; 1969; 1981; 1995/1998; 2008; 2019) e Sellars (1962/1963; 1956/1963). O propósito de introduzir essas duas abordagens é indicar uma certa variedade de perspectivas contemporaneamente relevantes sobre a cognição que, embora diversas, compartilham o compromisso com o naturalismo anti-reducionista como uma convergência. Examinaremos se, de fato, a perspectiva naturalista e anti-reducionista, adotada por ambas as epistemologias, é a mais adequada para responder ao problema filosófico de *como estabelecer critérios metodológicos adequados para conhecer cientificamente a cognição*. Assim,

¹ Bacharelada do departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (‘IFCH’) da Universidade Estadual de Campinas (‘UNICAMP’).

² Professor Titular do departamento de Filosofia do IFCH da UNICAMP e membro do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (‘CLE’) da UNICAMP.

³ Professor Adjunto do Centro de Ciências Naturais e Humanas (‘CCNH’) da Universidade Federal do ABC (‘UFABC’).

pretendemos explorar como a epistemologia naturalizada quineana e sellarsiana contribui para lidar com o problema de como é possível conhecer cientificamente um objeto de investigação que que é, por excelência, subjetivo. Sob o guarda-chuva do problema do método científico, pretendemos contextualizar alguns problemas clássicos da filosofia no terreno das ciências cognitivas e, por isso, tangenciamos, articuladamente, várias questões da epistemologia, da filosofia da ciência e da filosofia da mente, de modo que podemos caracterizar esta pesquisa como um empreendimento na filosofia das ciências cognitivas. Os objetivos desta pesquisa consistem, sinteticamente, em investigar como as epistemologias naturalizadas de Quine e Sellars concebem a possibilidade de conhecer cientificamente a cognição humana. Desse modo, a partir do projeto quineano e sellarsiano de naturalização da epistemologia, nosso objetivo principal é explorar como os conceitos de *ciência* e de *cognição* se relacionam numa perspectiva simultaneamente naturalista e anti-reducionista. A metodologia adotada na pesquisa, por sua vez, consiste fundamentalmente em **i)** leitura e análise argumentativa da bibliografia indicada abaixo; **ii)** discussões em reuniões periódicas com os orientadores para discutir os conceitos pertinentes; **iii)** elaboração de fichamentos e relatórios contendo reflexões acerca das leituras; e **iv)** redação de dissertações (a serem revisadas e avaliadas pelos orientadores) que sintetizam as etapas anteriores visando nosso objetivo principal.

Conectando *ciência* e *cognição*: naturalismo e holismo nas epistemologias de Quine e Sellars

Embora o naturalismo se manifeste de modo bastante diverso no contexto de distintas obras, podemos elencar pelo menos três compromissos fundamentais, presentes tanto num naturalismo forte quanto num fraco.⁴ Primeiro, de acordo com Rouse (2015, p. 3), “seus defensores recusam qualquer apelo ou aceitação do que é sobrenatural ou transcendente ao mundo natural.” Em segundo lugar, todos os naturalistas contemporâneos “consideram a compreensão científica relevante para todos os aspectos significativos da vida humana”, e, em terceiro lugar, “repudiam qualquer concepção de ‘filosofia primeira’ como anterior ou autoritária sobre o entendimento científico” (ROUSE, 2015, p. 3). De acordo com Abrantes (cf. 1998, p. 15), o naturalismo rejeita a possibilidade de uma justificação *a priori*. Nesse sentido, a epistemologia é considerada um empreendimento tão falível quanto o científico, de modo que a filosofia perde seu status de ‘filosofia primeira’ (que permitiria alavancar uma crítica ‘externa’ às pretensões epistêmicas da ciência). No entanto, embora possamos elencar esses compromissos fundamentais, é controverso, dentre outras coisas, “em que medida o naturalismo epistemológico implica uma ontologia particular, como, por exemplo, o fisicalismo — que rejeita entidades, propriedades e processos além daqueles postulados pela física, colocando, por exemplo, sob suspeição qualquer modalidade de dualismo mente/corpo” (ABRANTES, 1998, p. 19). Também é controverso “se os naturalistas defendem a redução das ciências de ‘nível alto’, ou ‘especiais’ (como a psicologia, por exemplo) às ciências ‘fundamentais’ como a biologia ou a física” (*ibidem*). De qualquer modo, os primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo naturalismo anglo-americano — em especial o de John Dewey⁵ —, que foi gradativamente substituído por outras escolas, em especial o então emergente empirismo lógico. O declínio do empirismo lógico é acompanhado, não por acaso, pela ascensão do naturalismo, pois, embora os empiristas lógicos se comprometessem com uma ‘filosofia científica’, eles eram, na verdade, anti-naturalistas (cf. ABRANTES, 1998, p. 10). O naturalismo ressurgiu nas discussões filosóficas em epistemologia a partir da segunda metade do século XX, principalmente com “Naturalized Epistemology” (1969) de Quine, cuja filosofia representa uma ruptura com o positivismo lógico

⁴ Para fins de exposição, distinguimos três tipos de naturalismo: **(i)** O naturalismo minimal, ou seja, a forma mais fraca de naturalismo, que poderíamos chamar de ‘epistemológico’, pois consiste no comprometimento com a tese epistemológica genérica de que a filosofia deve considerar os achados científicos do seu tempo, se a ciência é a nossa melhor fonte de conhecimento sobre o mundo. **(ii)** O naturalismo forte, que poderíamos chamar de ‘metafísico’, consiste no comprometimento com a tese ontológica de que tudo que há é a natureza e, por consequência, que todo conhecimento é, em última análise, sobre a natureza, de modo que a própria epistemologia deve ser empreendida como uma ciência da natureza. Nem todo naturalista é naturalista metafísico, mas todo naturalista é naturalista epistemológico. **(iii)** Há também um terceiro sentido que considera com especial atenção a teoria da evolução biológica para explicações sobre a cognição, a sociedade e o comportamento, de modo que poderíamos chamá-lo de ‘evolucionista’. Esse naturalismo é uma das reverberações do ‘evento Darwin’, nome que Marques (2014) atribui à circunstância a partir da qual passamos a conceber a teoria da evolução como um pressuposto filosófico para compreensão da condição humana. Tanto Quine quanto Sellars são naturalistas metafísicos evolucionistas.

⁵ De acordo com Abrantes (1998, p. 12), “algumas das teses naturalistas defendidas por Quine nesse artigo [“Naturalized Epistemology”] foram antecipadas por Dewey”, que é um dos principais expoentes do naturalismo. Dewey propõe uma visão do sujeito em interação ativa com o meio ambiente e se opõe ao reducionismo e ao mecanicismo, mesmo reconhecendo sua importância histórica na construção coletiva da ciência.

e, por conseguinte, com o empirismo em geral, inclusive o clássico empirismo britânico. De acordo com Abrantes (1998, pp. 12-13), Quine rompe com o reconstrucionismo lógico-empiricista de Carnap e com o anti-psicologismo fregeano ao defender um naturalismo eliminativista, onde a epistemologia seria parte da psicologia. Além disso, Quine recorreu ao darwinismo para lidar com o ceticismo e o problema da indução em seu artigo "Natural Kinds" também de 1969. Ele abriu caminho para uma reaproximação entre a epistemologia e as ciências, fortalecendo o programa naturalista com o crescimento da psicologia cognitiva e o progresso em outras áreas da ciência.

Em 1951, Quine propõe a superação do que ele chamou de 'os dois dogmas' fundamentais da tradição empirista até então: (i) a distinção dicotômica entre proposições analíticas e sintéticas, e (ii) o pressuposto reducionista de que todo conhecimento sintético é redutível a proposições atômicas que se referem à experiência imediata. De acordo com Abrantes (2018, p. 31), a crítica de Quine à distinção entre proposições analíticas e sintéticas abriu caminho, de modo amplo, para o naturalismo em epistemologia, que revê o modo como tradicionalmente se distinguiu uma abordagem científica de uma filosófica. Seu projeto, que pretendia reformar o empirismo para melhor, consistia em grande medida em revisar os fundamentos dogmáticos preservados por seus antecessores empiristas, os lógicos e os britânicos.⁶ Quine radicaliza o antidogmatismo do empirismo ao defender que todas as proposições são fundadas da experiência e que, portanto, são todas revisáveis, inclusive os axiomas lógicos.⁷ A resistência para revisar proposições da lógica se dá, nessa perspectiva, simplesmente porque que essas proposições centrais são fundamento para muitas outras proposições, e revisar essas proposições centrais implicaria ter que fazer uma reforma conceitual significativamente muito robusta. A partir do arcabouço teórico desenvolvido em "The Two Dogmas of Empiricism" (1951/1961), Quine finalmente publica seu "Naturalized Epistemology" (1969). A epistemologia naturalizada de Quine é fundamentalmente "sustentada por três compromissos: empirismo, holismo e realismo" (VERHAEGH, 2018, p. 56) e busca refutar a tese de que há "uma distinção clara entre conhecimento empírico e *a priori* nos níveis metafísico, epistemológico, psicológico e linguístico" (MI, 2007, p. 108). Segundo Quine (1969, p. 83), a epistemologia empirista clássica "aspirava conter, em certo sentido, a ciência natural", ao passo que a epistemologia naturalizada, "ao contrário, está contida na ciência natural, como um capítulo da psicologia." Mas a aspiração dos empiristas clássicos de desenvolver uma epistemologia que contivesse a ciência natural de certo modo permanece legítima em Quine. Na epistemologia naturalizada há uma certa reciprocidade entre a epistemologia e a ciência natural, de modo que, em diferentes sentidos, a epistemologia contém a ciência natural ao passo que a ciência natural contém a epistemologia. Por fim, "o programa de naturalizar a epistemologia pretende algo mais forte do que meramente assegurar que a epistemologia seja compatível com a ciência. Esse programa está interessado em propor um papel mais forte e positivo para a ciência na formação da epistemologia" (FOLEY, 1994, p. 244). Quine conclui que "devemos abandonar todas as tentativas de construir a ciência sobre o fundamento oferecido pela chamada 'primeira filosofia', 'metafísica especulativa' ou 'epistemologia transcendental'" e que devemos investir em "uma abordagem naturalista, que foca na relação entre evidência e teoria, e em precisamente como a ciência realmente se desenvolve e é aprendida por meio da linguagem" (MI, 2007, p. 107).

Influenciado por Quine, Sellars rejeitou não só a legitimidade dos "dois dogmas do empirismo", como fez Quine, mas também a tese de que seria possível fundamentar proposições a partir de uma proposição cujo significado é auto-evidente. Em outras palavras, a epistemologia anti-fundacionista de Sellars (1956/1963) rejeita a 'dadidade' ou a 'imediatez' de proposições, ou seja, rejeitava a tese de que haveria proposições "dadas" a partir das quais fundamentaríamos outras proposições, mas que não seriam elas mesmas fundamentadas em nenhuma outra proposição. Sellars buscava, como Quine, compreender a ciência a partir de proposições científicas *em contexto*, articuladas com outras, e não a partir de proposições atômicas isoladas. Ao contrário de outros

⁶ No entanto, a legitimidade das críticas de Quine ao empirismo britânico e ao positivismo lógico pode ser revisada. Chibeni (2011) argumenta, por exemplo, que, embora o naturalismo seja frequentemente "considerado uma contribuição original de Quine para a epistemologia [...] há na literatura atual sobre Hume farta argumentação no sentido de que, se a alguém couber a qualificação de fundador dessa perspectiva, essa pessoa será Hume, e não Quine" (CHIBENI, 2011, p. 350). O naturalismo quineano compreende a epistemologia como se a compreensão da mente humana exigisse apenas a compreensão de seus aspectos físicos, sejam eles micro ou macroscópicos, e "isso Hume não aceitaria" — muito embora "a versão behaviorista do projeto quineano perdeu interesse até mesmo para ele, em escritos de uma fase mais avançada" (*idem*, p. 351).

⁷ "Na verdade, Quine parece até desistir da ideia de que "nenhuma declaração está imune à revisão" nas fases posteriores de sua carreira" (VERHAEGH, 2018, p. 126), mas não vamos entrar nesse mérito agora.

naturalistas, porém, Sellars — que se dedicou ao projeto de construir uma epistemologia naturalizada que fosse capaz de incluir a *normatividade* —, é um dos defensores da visão de que, ao caracterizar um estado mental como o de conhecer, não estamos dando uma descrição empírica desse estado. Nós estamos, na verdade, localizando, no “espaço lógico das razões”, boas razões e más razões para crer em algo (cf. SELLARS, 1963, VII.36, p. 169). A tese do espaço das razões pressupõe que “qualquer descrição do mundo, incluindo uma assim chamada 'descrição puramente naturalista', deve ser caracterizada, enquanto uma atividade conceitual, como uma atividade essencialmente normativa” (O'SHEA, 2010, p. 461). Conhecer, para Sellars, é uma questão de saber se nós estamos usando de maneira correta ou não a nossa capacidade racional para localizar no espaço das razões as boas razões para crer no que cremos — o que equivale a dizer que estamos justificando o que estamos afirmando com boas razões. Assim, na perspectiva de Sellars, o conhecimento é uma prática normativa, pois exige valoração a respeito da correção de seu conteúdo. No entanto, nosso desenvolvimento conceitual é tão disciplinado na ciência, com padrões de correção socialmente estabelecidos ao longo da história, que nós passamos a representar o mundo de modo mais confiável. Para Sellars, que adota uma estratégia pragmatista para lidar com o problema da demarcação entre ciência, não-ciência e pseudociência, a ciência é um processo de sofisticação disciplinado: a confiabilidade científica se deve precisamente ao comprometimento comunitário com a honestidade intelectual na prática científica, à sua revisibilidade permanente. É justamente porque a ciência está disposta a revisar seus pressupostos frente novas evidências que ela é confiável, e não porque seus pressupostos são dogmaticamente confiáveis. O esquema conceitual da ciência serve sobretudo para organizar a experiência passada e fornecer condições de prever a experiência futura. Desse modo, não há diferença na natureza de proposições científicas e proposições mitológicas, pois ambas são especulativas, mas há diferença no seu poder pragmático de impacto no modo como vivemos: com a ciência produzimos tecnologia, prevemos o futuro, prevenimos doenças, etc.

Em contraste com Quine, Sellars “reconheceu que o naturalismo não pode simplesmente culminar na substituição da filosofia por alguma disciplina científica empírica, como Quine propôs que a psicologia científica poderia substituir a epistemologia” (ROUSE, 2015, p. 8). Sellars reconhece que as “questões filosóficas vão além dos interesses e do *locus* das várias disciplinas científicas” (*ibidem*). Para Sellars, a filosofia se distingue da ciência porque, diferentemente da ciência, a filosofia busca “compreender como as coisas no sentido mais amplo possível do termo se relacionam no sentido mais amplo possível do termo” (SELLARS, 1962/1963, p.1), enquanto a tarefa principal da ciência não é descrever o mundo, como sugere Quine, mas sim “explicar o que acontece no mundo” (ROUSE, 2015, p. 9). Por outro lado, tanto Quine quanto Sellars “desenvolveram, cada um a seu modo, teorias funcionalistas do significado que tinham suas raízes firmemente plantadas, ainda que superficialmente, na biologia” (DENNET, 1995, p. 402). Essa ideia aparentemente simples, a de evolução por seleção natural, carrega consigo grandes implicações científicas e filosóficas. Embora boa parte dos filósofos atuais reconheça a importância de Darwin e sua teoria biológica, esse reconhecimento frequentemente está limitado à sua importância científica, em especial para o desenvolvimento da biologia moderna. Não é comum, pelo menos até o fim do séc. XX, encontrar filósofos dispostos a negar que “os seres humanos são produtos da evolução, e sua capacidade de falar e, portanto, de significar qualquer coisa (no sentido relevante), é devida a um conjunto de adaptações não compartilhadas com outros produtos da evolução” (*ibidem*). Também não é muito frequente encontrar filósofos dispostos a “considerar a hipótese de que o pensamento evolutivo pode lançar luz sobre seus problemas específicos e sobre como as palavras, suas fontes e destinos nas mentes (ou cérebros) das pessoas têm significado” (*ibidem*).⁸ Os positivistas lógicos, em particular, não aparentaram reconhecer nada em favor do naturalismo. Não por acaso, os dois críticos mais proeminentes desse movimento, que os autores cujas obras configuram o principal objeto de estudo desta pesquisa, têm a defesa do naturalismo anti-reducionista como um dos elementos fundamentais de suas críticas.

Considerações finais

Dado que este texto é um resumo expandido de uma pesquisa atualmente em curso, seu conteúdo consiste em resultados preliminares. Embora não tenhamos alcançado, por conta disso, um aprofundamento teórico suficiente para analisar adequadamente — do modo como pretendemos — a questão principal que orienta nossa pesquisa, intuimos alguns direcionamentos nesse sentido. Os elementos que devemos articular com o problema de

⁸ Uma notável exceção é, além de Quine e Sellars, o próprio Dennett, que é um dos poucos filósofos que assumiram o advento da teoria evolutiva em toda sua radicalidade.

como fazer ciência da cognição para contemplar o naturalismo anti-reducionista tanto de Quine quanto de Sellars incluem, entre outros tópicos, *rejeitar* (i) os “dois dogmas do empirismo” (i.e. a dicotomia entre proposições sintéticas e analíticas, e o princípio reducionista de que proposições sintéticas são redutíveis a proposições atômicas que se referem à experiência imediata); (ii) a possibilidade de conhecimento apriorístico — e, por conseguinte, a rejeição do status de ‘filosofia primeira’ concedido à epistemologia principalmente pela tradição racionalista; e (iii) o princípio fundacionista em epistemologia de que há proposições fundamentais que não são, elas mesmas, fundamentadas por nenhuma outra proposição. Por outro lado, devemos também *defender* (i) o princípio holista em epistemologia de que todo conhecimento é contextualizado, atribuindo-se a blocos semânticos compostos por diversas proposições articuladas, e não a proposições atômicas isoladas; (ii) um tipo pragmatista de realismo, que prioriza a revisibilidade da ciência para justificar sua confiabilidade frente sua evidente falibilidade; e, (iii) a teoria evolutiva como uma fonte fundamental de informação para investigar a cognição a partir de uma concepção de cognição de prioriza seu aspecto orgânico em detrimento de seu aspecto mecânico, isto é, que prioriza uma concepção autopoietica de cognição em detrimento de uma concepção computacionalista. Este último tópico é o mais recentemente incluído na nossa agenda de pesquisa por meio do texto de Brito e Marques (2016), e seu propósito é situar nossa pesquisa no conflito entre computacionalismo (uma tese mecanicista e representacionalista) e enativismo (uma tese organicista e anti-representacionalista), atualmente bastante proeminente na filosofia da mente e nas ciências cognitivas.

Referências bibliográficas

- ABRANTES, P. (Org.). **Filosofia da biologia**. 2ª ed., Seropédica, RJ: EDITORA DO PPGFIL-UFRRJ, 2018.
- ABRANTES, Paulo. ‘Naturalismo Epistemológico’: apresentação. Em ÉVORA e ABRANTES (eds.), **Naturalismo Epistemológico**, Cadernos de História e Filosofia da Ciência, série 3, v. 8, n. 2, 1998, pp. 7-26.
- BRITO, C. F.; MARQUES, V. X. Is There a Role for Computation in the Enactive Paradigm? **Fundamental Issues of Artificial Intelligence**, pp. 79-94, 2016.
- CHIBENI, S. S. Hume e a razão dos animais. Publicado em **Materialismo e Evolucionismo III: Evolução e acaso na hominização**. João Carlos Kfourti Quartim de Moraes (org.). Campinas, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, Unicamp, 2014, pp. 119-143.
- CHIBENI, S. S. Hume e o "dogma do reducionismo". **Kriterion**, Belo Horizonte, nº 124, 2011, pp. 343-353.
- DENETT, D. **Darwin’s Dangerous Idea: Evolution and the Meanings of Life**. Penguin Group, 1995.
- FOLEY, R. Quine and Naturalized Epistemology. **Midwest Studies in Philosophy XIX**, pp. 243-260, 1994.
- GODFREY-SMITH, P. **Darwinian Populations and Natural Selection**. Oxford University Press, 2009.
- GODFREY-SMITH, P. **Theory and Reality: an introduction to the philosophy of science**. The University of Chicago Press, Chicago and London, 2003.
- MARQUES, V. X. **Materialismo evolutivo: natureza, dialética e subjetividade**. Tese de doutorado pela PUC-RGS, 2014.
- MI, C. “What Is Naturalized Epistemology?: The Quinean Project.” In: **Naturalized Epistemology and Philosophy of Science**, 105–27, 2007.
- O’SHEA, J. R. Normativity and Scientific Naturalism in Sellars’ ‘Janus-Faced’ Space of Reasons, **International Journal of Philosophical Studies**, 18:3, pp. 459-471, 2010.
- QUINE, W. O. [1951] **Two Dogmas of Empiricism**. In *From a Logical Point of View*, Harvard University Press, second, revised, edition 1961.
- QUINE, W. O. Epistemology Naturalized, in: Quine, W. O. **Ontological Relativity and Other Essays**. New York, Columbia University Press, pp. 69-90, 1969.
- ROUSE, J. **Articulating the world: conceptual understanding and the scientific**. The University of Chicago Press, 2015.
- SELLARS, W. [1962] Philosophy and the Scientific Image of Man. In **Empiricism and the Philosophy of Mind**, London: Routledge & Kegan Paul, 2 ed. pp. 1-40, 1963.
- SELLARS, W. [1956] Empiricism and the Philosophy of Mind. In **Science, Perception and Reality**, London: Routledge & Kegan Paul, 2 edition 1963, pp. 127- 196.
- SELIVANOV, Y. The “Myth of the Given”: **The Journal of Speculative Philosophy**, 26(4), 677-692, 2011.
- VERHAEGH, S. **Working from within: the nature and development of Quine’s naturalism**. New York, United States of America: Oxford University Press, 2018.